

**DA FÉ A COR: AS IRMANDADES DE SANTO ANTÔNIO E SANTA IFIGÊNIA
NA BAHIA SETECENTISTA.**

Rafaela Sousa Vieira¹, Grayce Mayre Bonfim Souza²

RESUMO

A pesquisa investiga as irmandades de Santo Antônio e Santa Ifigênia, instaladas no povoado de Mato Grosso (Rio de Contas - Bahia), no alto sertão baiano. O estudo mostra, de modo comparativo, as irmandades de Santo Antônio e a de Santa Ifigênia, de caráter afrodescendente, com ênfase nesta última, a partir de três conjuntos documentais: o Livro de Entradas da Irmandade de Santo Antônio/Santa Ifigênia (1762–1834), o de Entradas da Irmandade de Santa Ifigênia (1765–1769) e o Livro de Contribuições/Receitas/Despesas. A análise ilumina como esses espaços confrariais articulavam fé, sociabilidade e economia em uma região periférica da Capitania da Bahia. Os dados prosopográficos evidenciam a circulação de nomes e cargos entre as duas irmandades e a matriz, demonstrando que a pertença simultânea funcionava como estratégia de inserção social e fortalecimento comunitário. Essa documentação inédita revela que, mesmo no sertão minerador, as irmandades não eram apenas espaços devocionais, permitindo sustentar a hipótese de que, mesmo em um contexto sertanejo, distante dos grandes centros urbanos da colônia, as irmandades também atuavam como espaços de afirmação identitária, especialmente em contextos marcados pela presença de africanos escravizados, libertos e descendentes. Serão empregadas abordagens comparativas e da micro-história, articulando categorias como etnicidade, economia devocional e redes sociais. Nesse sentido, este estudo reforça o papel das irmandades como espaços de negociação, integração e resistência em uma sociedade marcada por profundas desigualdades raciais, econômicas e jurídicas e com isso, contribuir para a historiografia sobre religiosidade no sertão baiano, ressaltando a agência das populações negras na construção do espaço sagrado e das relações sociais no contexto minerador do Antigo Regime.

PALAVRAS-CHAVE: Irmandades religiosas; Sertão baiano; Santa Ifigênia; Santo Antônio; Século XVIII.

FROM FAITH TO COLOR: THE BROTHERHOODS OF SAINT ANTHONY AND SAINT IFIGENIA IN 18TH CENTURY BAHIA.

ABSTRACT

This research investigates the brotherhoods of Santo Antônio and Santa Ifigênia, established in the village of Mato Grosso (Rio de Contas, Bahia), in the high backlands of Bahia. The study compares the Afro-descendant brotherhoods of Santo Antônio and Santa Ifigênia, with an emphasis on the latter. It draws on three sets of documents: the Book of Entries of the Brotherhood of Santo Antônio/Santa Ifigênia (1762–1834), the Book of Entries of the Brotherhood of Santa Ifigênia (1765–1769), and the Book of

¹ Discente do curso de Licenciatura em História do DH/UESB- Campus Vitória da Conquista (Universidade Estadual da Bahia). E-mail: rafavieiraic@gmail.com.

² Docente do Departamento de História DH/UESB. E-mail: grayce.bonfim@uesb.edu.br

Contributions/Revenues/Expenses. The analysis illuminates how these brotherhoods articulated faith, sociability, and economy in a peripheral region of the Captaincy of Bahia. Prosopographic data demonstrate the circulation of names and positions between the two brotherhoods and the main one, demonstrating that simultaneous membership functioned as a strategy for social inclusion and community strengthening. This unprecedented documentation reveals that, even in the mining hinterland, the brotherhoods were not merely devotional spaces, supporting the hypothesis that, even in a backwoods context, distant from the colony's major urban centers, the brotherhoods also functioned as spaces for identity affirmation, especially in contexts marked by the presence of enslaved, freed, and descended Africans. Comparative and microhistorical approaches will be employed, articulating categories such as ethnicity, devotional economy, and social networks. In this sense, this study reinforces the role of brotherhoods as spaces of negotiation, integration, and resistance in a society marked by profound racial, economic, and legal inequalities. In doing so, it contributes to the historiography of religiosity in the Bahian hinterland, highlighting the agency of Black populations in the construction of sacred space and social relations in the mining context of the Ancien Régime.

KEYWORDS: Bahian hinterland; Religious brotherhoods; Saint Ifigênia; Saint Anthony; 18th century.

INTRODUÇÃO

A formação do alto sertão baiano, impulsionada pela descoberta do ouro no início do século XVIII, criou novos arraiais mineradores e redes de sociabilidade. Assim, o povoado de Mato Grosso tornou-se, em 1718, a primeira freguesia do “Sertão de Cima” (Messeder Martins, 1991), reunindo trabalhadores livres, forros e escravizados³.

Nesse contexto, as irmandades religiosas assumiram papel central como espaços de devoção, sociabilidade e inserção comunitária. Para Boschi (1986), essas associações articulavam práticas de fé com funções assistenciais e administrativas, desempenhando um papel importante no Antigo Regime português. Essas eram associações leigas de fiéis católicos articulada em torno da devoção a um santo padroeiro, regulamentada por um compromisso aprovado pelas autoridades eclesiásticas e civis, que definia normas de funcionamento, direitos e deveres dos membros.

A presença simultânea de Santo Antônio e Santa Ifigênia reflete um campo confrarial marcado por distinções devocionais e étnicas, mas também por sobreposições e alianças. A Irmandade de Santo Antônio funcionava na capela matriz, abrigando membros de diferentes grupos sociais já a de Santa Ifigênia, antes na

³ Fontes orais e registros coloniais apontam que africanos e seus descendentes foram compelidos ao garimpo e à construção arquitetônica da região, configurando tentativas de reescravidão dos negros livres ali estabelecidos e reforçando fronteiras sociais.

mesma capela, surge com um pedido formal de autonomia administrativa e territorial, registrado em 1765, alegando distância de três léguas entre o arraial e a matriz, além da oposição de outras Irmandades. A análise dessas fontes permite compreender processos de fundação, territorialidade, mobilidade e conflitos institucionais.

A documentação utilizada nesta pesquisa constitui um acervo pouco explorado, custodiado pelo Arquivo Municipal de Rio de Contas. Diferentemente de fontes mais acessadas em contextos urbanos como Salvador ou Ouro Preto, esses registros trazem à tona a experiência religiosa e social do sertão minerador, ao valorizar essa documentação inédita, reafirma-se a necessidade de compreender as Irmandades como agentes sociais de primeira ordem na conformação da vida coletiva, religiosa e identitária no Brasil colonial.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa em questão se insere no campo da História Social, adotando uma perspectiva que articula religiosidade, sociabilidades e práticas culturais no contexto do sertão baiano setecentista e se fundamenta na documentação manuscrita setecentista e oitocentista pertencente ao Arquivo Municipal de Rio de Contas, especialmente os livros de entrada de irmãos e o livro de receitas e despesas.

Por se tratar de corpus documental exclusivo, o que exige enfrentamento de lacunas pela fragmentação das fontes, dificuldades paleográficas, imprecisões de registro e falhas cronológicas. Contudo, seu ineditismo advém do uso sistemático de documentação manuscrita inédita, articulando dados qualitativos e quantitativos para reconstruir práticas coletivas e identitárias.

O estudo adotará uma perspectiva comparativa com outras irmandades do período, especialmente as analisadas por Boschi (1986), Reginaldo (2011), Oliveira (2023) e pela dissertação de Katia L. (2018), a fim de situar as especificidades das irmandades de Mato Grosso no conjunto das práticas confrariais no Brasil colonial. Essa comparação permitirá avaliar, em que medida, a dinâmica confrarial no sertão baiano reproduziu padrões observados em regiões mineradoras centrais e quais práticas de devoção, distinção e autonomia foram mantidas, adaptadas ou reinventadas em um espaço periférico e com menor fiscalização eclesiástica.

A pesquisa utiliza três eixos analíticos: A) Fundação e autonomia administrativa: que examina-se a petição para construção da Capela de Santa Ifigênia, a análise prosopográfica (Stone, 1971;Souza, 2020) onde cruzam-se nomes, cargos e localidades. B)Territorialidade e mobilidade: relacionando à distância geográfica e às tensões institucionais e as localidades para mapear redes supra-locais. C)Rituais e

funções simbólicas: analisam-se gastos com festas, rituais fúnebres e manutenção do culto, interpretando a dimensão econômica das devoções.

O procedimento metodológico envolveu: transcrição e padronização dos nomes; categorização por condição, ano, função e contribuição e organização em quadros comparativos, visualizando tendências de inclusão, hierarquia e autonomia institucional. Essa abordagem permite superar leituras normativas e alcançar a prática social, destacando como a fé se associava à gestão econômica e às disputas por reconhecimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O cruzamento dos documentos amplia a compreensão do funcionamento das irmandades. A Irmandade de Santo Antônio apresenta perfil mais amplo, congregando brancos, pardos, forros e escravizados, reservando a maioria dos cargos administrativos de maior prestígio à elite masculina local, já a de Santa Ifigênia destaca-se pelo protagonismo de afrodescendentes, sustentada por forros e escravizados, na qual mulheres tiveram participação expressiva não apenas como integrantes, mas também como ocupantes de cargos de juízas e procuradoras, sinalizando uma estrutura mais plural e permeável às práticas de inserção social dos grupos subalternos.

A prosopografia revela nomes recorrentes que transitam⁴ entre cargos e irmandades: Antônio José Guillande, escrivão e figura-chave da administração religiosa local; Luiz Dias dos Santos, tesoureiro e juiz em diferentes frentes; Antônio Roiz de Souza, presente tanto em Santo Antônio quanto em Santa Ifigênia, exemplificando dupla pertença confrarial e Manoel Franco, mestre de obras da capela de Santa Ifigênia, evidenciando a administração de créditos e gerência de receitas plurais e liderança compartilhada.

A análise do doc.02 foi feita pelo eixo A) e B), mostra como a irmandade de Santa Ifigênia construiu um sistema de governança próprio com juízes, tesoureiros e procuradores. Nele também é mostrado que a distância de três léguas da matriz justifica a criação da Capela de Santa Ifigênia, conferindo-lhe status de filial, mas também autonomia econômica e administrativa frente à matriz.

⁴ Observa-se trânsito de membros entre povoados e irmandades, sugerindo redes horizontais de solidariedade.

O pedido de construção da capela de Santa Ifigênia⁵ não apenas buscava atender à necessidade de sepultamentos e missas locais, mas também demarcava um espaço físico e simbólico de pertencimento para os confrades afrodescendentes, revelando a dimensão territorial do projeto confrarial no sertão.

Tal iniciativa insere-se num movimento mais amplo de territorialização da fé, em que comunidades subalternizadas estabeleciam marcos religiosos próprios para afirmar sua identidade, autonomia e permanência no espaço colonial. Assim, a capela surge como ponto de ancoragem espacial e social, consolidando redes familiares e devocionais no sertão minerador.

CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES

O estudo mostra que além de espaços de devoção, elas também funcionam como estruturas de financiamento coletivo, no eixo C), o Doc.07 demonstra que o fluxo de esmolas e doações sustentava não apenas o culto, mas também obras de prestígio coletivo. Essa dimensão mostra que, mais do que uma associação religiosa, a Irmandade de Santa Ifigênia operava como um núcleo de governança comunitária, assumindo responsabilidades materiais, burocráticas e litúrgicas de modo autônomo frente às instâncias paroquiais. Ao mesmo tempo, reforça o protagonismo dos afrodescendentes e forros em criar instituições financeiramente sustentáveis e juridicamente reconhecidas.

Esses dados confirmam que as irmandades eram “nós”⁶ de uma rede comunitária complexa. A circulação de nomes e funções entre Santo Antônio, Santa Ifigênia e a matriz mostra papéis complementares que eram como redes interconectadas, em que a pertença simultânea funcionava como estratégia de inserção social e de constituição de capital social. Havia marcadores étnicos e distinções devocionais, mas também lideranças transitando entre diferentes espaços, articulando redes familiares, econômicas e espirituais.

No fim do Doc.02 é mencionada a oposição das irmandades do Santíssimo e de Santo Antônio à ereção da capela de Santa Ifigênia, o que demonstra as tensões em torno da autonomia administrativa e da gestão dos ritos. A insistência da irmandade afrodescendente em fundar sua própria capela, mesmo diante de resistências, revela estratégias de negociação com o poder eclesiástico e um esforço

⁵ Até então a Irmandade de Santa Ifigênia funcionava na capela de Santo Antônio. A existência de duas Irmandades revela disputas e acordos, mostrando que as irmandades eram também arenas de poder e negociação étnica.

⁶ É possível reparar o acúmulo de cargos, a pertença simultânea a irmandade e a circulação de famílias inteiras indicam estratégias de afirmação identitária e conquista de reconhecimento social.

consciente de afirmar sua identidade coletiva, criando um espaço onde pudesse exercer autoridade sobre os próprios cultos, finanças e práticas devocionais.

A análise prosopográfica ilumina, portanto, como afro-descendentes e mestiços, mesmo em condições de subalternidade, conseguiram inscrever seus nomes e memórias na história regional, transformando os espaços confrariais em arenas de poder, solidariedade e negociação.

A pesquisa está em andamento e a documentação inédita aqui explorada permite sustentar os resultados apresentados, contribuindo para preencher lacunas da historiografia sobre religiosidade no sertão baiano. No entanto existem algumas lacunas e sugestões para passos futuros⁷, que podem ser bem explorados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BOSCHI, Caio. Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.
2. BONFIM SOUZA, Grayce Mayre. Fé e sociabilidade no sertão setecentista: irmandades religiosas na povoação de Mato Grosso (Rio de Contas – Bahia). Vitória da Conquista: UESB, 2020.
3. BRITO, Rafaela de. Irmandades religiosas e identidades étnicas no Brasil colonial. Revista de História, n. 172, p. 120-140, 2015.
4. Cardoso, Cássia Eugênia Reis Silva. O processo de construção identitária da Comunidade Quilombola da Barra – Rio de Contas -Bahia / Cássia Eugênia Reis Silva Cardoso, Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens, Vitória da Conquista, 2014.
5. Messeder, M. L. L., & Martins, M. A. M. (2007). ARRAIAIS DE RIO DE CONTAS: UMA COMUNIDADE DE COR. Caderno CRH, 4. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v4i0.18841>.
6. MARTINS, Maria de Lourdes Messeder. Rio de Contas: povoamento e mineração no Sertão da Bahia. Salvador: EDUFBA, 1991.
7. REGINALDO, Lucilene. Os rosários dos angolas: irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista. São Paulo: Alameda, 2011.
8. SANTANA, C. E. C. Processos educativos na formação de uma identidade em comunidades remanescentes de quilombos: um estudo sobre as comunidades de Barra / Bananal e Riacho das Pedras, no município de Rio de Contas-Ba.

⁷ Como completar o banco prosopográfico e construir séries cronológicas com fontes complementares (batismos, inventários, testamentos), adotar análises espaciais para mapear redes territoriais e aprofundar o estudo das relações de gênero e poder.

XXIX Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica 2025

Salvador, 2005. Dissertação (Mestrado em Educação. Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade. 2005

9. SOUZA, Evergton Sales. Irmandades negras no Brasil e em Portugal: identidades e práticas religiosas (séculos XVI–XIX). São Paulo: Annablume, 2015.
10. SOUZA, Laura de Mello e. Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
11. SCHWARTZ, Stuart B. Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society: Bahia, 1550-1835. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
12. STONE, Lawrence. Prosopography. *Daedalus*, v. 100, n. 1, p. 46-79, 1971.

FONTES MANUSCRITAS. Livros de entrada das Irmandades de Santo Antônio e Santa Ifigênia (1762-1834 Doc.01); Livro de entrada da Irmandade de Santa Ifigênia (Documento 02); Lista de contribuintes para obras religiosas (Doc 07). Arquivo Municipal de Rio de Contas, Bahia.

TABELA 01 DIMENSÕES DA IRMANDADE DE SANTA IFIGÊNIA (DOCUMENTO 02):

Dimensão	Evidências no Doc. 2	Hipóteses Interpretativas
Fundação e Autonomia Administrativa	Provisão de 1765 autorizando a construção de capela própria; escritura de dote anual; administração anual rotativa entre juizes e irmãos; separação parcial da matriz de Santo Antônio.	A irmandade buscou afirmar autonomia administrativa e financeira, criando seu próprio espaço de culto para reduzir dependência da matriz e reforçar liderança afrodescendente.
Territorialidade e Mobilidade	Referência às “três léguas” entre o arraial de Mato Grosso e a Vila de Rio de Contas; pedido para sepultar irmãos no novo espaço; capela como “filial” da matriz.	A distância física justificava o pedido, mas revela também um movimento de territorialização, a irmandade queria gerir o espaço religioso e fúnebre de sua própria comunidade.
Rituais e Funções Simbólicas	Registro da necessidade de missas anuais, festas religiosas, provisão de objetos litúrgicos (cálices, alvas, casulas) e livro de receita/despesa.	A irmandade funcionava como produtora de rituais e símbolos, consolidando identidades coletivas e reforçando a memória afrodescendente no sertão minerador.
Conflito e Negociação com Outras Irmandades	Documentos mencionam “oposição das duas Irmandades erectas na Matriz” (Santíssimo Sacramento e Santo Antônio); obrigatoriedade de filiação à matriz.	Indícios de disputa por espaço, prestígio e recursos; demonstra que Santa Ifigênia negociava autonomia dentro do sistema confrarial, sem romper totalmente com a autoridade

		da matriz.
--	--	------------

TABELA 02 QUADRO COMPARATIVO DA DOCUMENTAÇÃO ANALISADA

Aspectos	Irmandade de St^o. Antônio e St^a. Ifigênia (Doc. 01 – 1762–1834)	Irmandade de Santa Ifigênia (Doc. 02 – 1765–1769)	Doc. 07 – Contribuições e Obras (1767–1769)
Natureza devocional	Santo popular, vinculado à matriz, culto mais abrangente;	Santa etíope, devoção afrodescendente;	-----
Base territorial	Capela matriz de Santo Antônio, abrigando ambas as irmandades;	Capela de St ^o . Ant ^o . mas com petição para capela própria a três léguas da matriz;	Igreja Matriz com registros de atividade e registro os custos de obras na capela de Santa Ifigênia;
Perfil étnico dominante	Diversificado: brancos, pardos, forros e alguns escravizados;	afrodescendente, forros e escravizados;	Membros dos dois livros aparecem como contribuintes, ou seja rede integrada;
Protagonismo feminino	Mulheres como irmãs, pouquíssimos cargos centrais;	Mulheres em cargos de juízas e procuradoras, participação ativa;	Doações e esmolas também feitas por mulheres, reforçando participação ativa;
Cargos e funções principais	Juízes, procuradores, tesoureiros (elite masculina);	Juízes (as), procuradoras, mestres de obra, mulheres destaque;	Tesoureiros, procuradores e mestres de obra aparecem também gerindo finanças e materiais
Fluxo econômico	Entradas e doações de famílias inteiras, registros menos detalhados sobre créditos e empréstimos;	Doações familiares, créditos e contratos em ouro, doações expressivas, maior controle financeiro;	Esmolas, oitavas de ouro, contratos de obra, registros de pagamentos e créditos
Função simbólica	Integração disciplinada, reforço hierárquico, sociabilidade controlada;	Espaço identitário afrodescendente e autônomo; afirmação de autonomia religiosa;	Materialização dos recursos em obras, festas e rituais fúnebres (gastos com vinho, hóstias, ornamentos e pagamento de mestres de obra);
Autonomia	Ligada à matriz;	Conflito documentado com irmandades da matriz (Sant ^{mo} e St ^o .Ant ^o .); pedido de autonomia pela distância;	Demonstração financeira das obras como expressão de autonomia econômica e gestão própria;